

**APRESENTAÇÃO DOSSIÊ "BRASIL, 1964-2024: PERSPECTIVAS SOBRE O PASSADO E O PRESENTE NA LUTA CONTRA O NEGACIONISMO"****DOSSIER PRESENTATION "BRAZIL, 1964-2024: PERSPECTIVES ON THE PAST AND PRESENT IN THE FIGHT AGAINST DENIALISM"**

DOI 10.5281/zenodo.15116933

Carlos Artur Gallo<sup>1</sup>  
João Teófilo<sup>2</sup>

Em 2024, completaram-se os 60 anos do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e deu início a uma ditadura que se estenderia por mais de duas décadas. Efemérides como essa são momentos singulares não apenas no campo da memória social, mas também entre os estudiosos do tema, que propõem balanços analíticos para avaliar o que se tem produzido, quais os novos recortes temáticos, os desafios a serem enfrentados, as mudanças etc.

Essa efeméride em particular apresenta mudanças significativas quando a comparamos, por exemplo, com aquela que assinalou os 50 anos do golpe, em 2014. Naquela época, vivia-se uma onda de comissões da verdade, que colocou o tema da ditadura em evidência, tanto social quanto academicamente. Vivíamos, então, um

---

<sup>1</sup> Bolsista de Produtividade do CNPq. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio Doutoral realizado na Universidade Complutense de Madri (UCM, Espanha). Professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME-UFPEL). E-mail: galloadv@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0111-4400>

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Pesquisador vinculado ao Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP-UFMG), ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História e Memória (NEPEHM-UEMG) e ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME-UFPEL). E-mail: Contato: joaoteofilo.hist@gmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6691-0267>

momento significativo para a “justiça de transição” brasileira, num processo que parecia sinalizar cada vez mais avanços no campo da memória, da verdade e da justiça.

O que ocorreu depois, porém, foi um processo complexo, que combina uma série de fatores e agentes, que não apenas não significou mais avanços no âmbito da “justiça de transição” como levou a extrema direita ao poder, e, junto dela, discursos e estímulos a uma visão positiva sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar tornaram-se recorrentes. É inegável, portanto, que ao contrário do que se esperava, não assistimos a um fortalecimento da democracia, mas, sim, a seu processo de erosão.

No campo da memória social, uma nova correlação de forças se constituiu, e passamos a nos deparar cada vez mais com discursos e práticas que conformaram uma onda negacionista voltada à distorção do passado, reabilitando o golpe e a ditadura como eventos a serem enaltecidos, e, como uma consequência, desmantelando as políticas de memória e reparação que vinham sendo construídas e consolidadas desde meados dos anos 1990, quando se promulgou a Lei dos Desaparecidos (9.140/1995) e foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Político (CEMDP).

É evidente, portanto, que entre as duas efemérides apontadas, no espaço de uma década, as mudanças foram significativas, resultando em problemáticas que têm mobilizado estudiosos de diferentes áreas. Isso porque a realidade impôs a necessidade de responder a novos questionamentos, incorporar novos sujeitos ao debate, mas também reavaliar diagnósticos de outrora que não dão mais conta de compreender a ditadura e suas heranças a partir das mesmas chaves de análise.

Nesse sentido, este dossiê se apresenta como parte de um esforço para buscar responder e evidenciar algumas dessas questões, a partir do olhar de pesquisadoras e pesquisadores que transitaram por temáticas variadas.

A historiadora Janaína Teles, no artigo “As denúncias de tortura e a resistência à ditadura militar: casos emblemáticos do Brasil na CIDH/OEA (1974)”, estudou as denúncias acerca das violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura e que

foram encaminhadas à Corte Interamericana de Direitos Humanos entre os anos 1960 e 1970.

No artigo de Lavínia Izidoro Martins, intitulado “O empresariado rural no desenrolar da ditadura militar: contribuições acerca da relação da Usina de Cambaíba, em Campo dos Goytacazes, com o aparelho repressivo”, temos um estudo da relação entre setores do empresariado com a ditadura militar na repressão e desaparecimento forçado de opositores políticos.

No artigo “A justiça de transição no Brasil: do autoritarismo ditatorial à democracia autoritária”, Silvia Brandão Queiroz analisa a relação entre o uso do conceito de justiça de transição no país e os efeitos da perpetuação da impunidade, bem como o fortalecimento do autoritarismo no Brasil. Para tal, contempla algumas políticas de memória e alguns grupos que foram afetados pelo terrorismo de Estado.

No artigo “É minha lei, é minha questão: a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ‘Rubens Paiva’, o livro Infância Roubada e seu pioneirismo”, de Caroline Rios Costa, temos um estudo sobre a atuação dessa comissão estadual, que foi a primeira a surgir no país, com ênfase nas pesquisas desenvolvidas pela comissão sobre as crianças que foram atingidas pela repressão.

No artigo “Entre a memória e a política: a mobilização do passado e do autoritarismo pela extrema-direita no Brasil”, Maíra Pereira da Costa e Débora de Oliveira Santos examinaram como o passado autoritário e a nostalgia em relação à ditadura foram mobilizados por Jair Messias Bolsonaro em sua candidatura à Presidência da República em 2018.

Em “60 anos do golpe militar: as memórias e controvérsias do TikTok”, artigo de Gabriel Antonio Butzen e Tereza M. Spyer Dulci, temos uma discussão, a partir de uma metodologia netnográfica, voltada à utilização desse aplicativo pela extrema-direita para disseminar narrativas sobre a ditadura militar.

Além dos artigos citados, este dossiê conta ainda com uma resenha de autoria de Cleonice Elias da Silva, “As memórias das presas políticas da Torre em uma dimensão pública”, que trata do livro *A Torre: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura militar*, da jornalista Luiza Villaméa. E conta também com um relato da escritora, jornalista e arquiteta Shellah Avelar, intitulado “Volver a los 64”.

Esperamos que este dossiê venha a contribuir com os debates que têm sido feitos nos últimos anos sobre a ditadura militar e seus legados no presente. Mais que contribuir com os debates, que ele seja um estímulo às intervenções na realidade em favor da memória, da verdade, da justiça e, claro, do fortalecimento da democracia e dos direitos humanos em tempos sombrios como os que temos vivenciado recentemente.

Os Organizadores